

nheza, V. Exa., Sr. Presidente, que é, por imposição do Regimento, o guardião desta Casa, na defesa de sua autoridade, da sua respeitabilidade.

V. Exa. deu ao deputado que tanto estranhava um prazo para promover indagações, investigações, até porque o caso foi para o noticiário dos jornais, em manchetes, e, se não me falha a memória, V. Exa. concedeu um prazo de cinco dias. Isso já deve andar pela casa dos vinte ou vinte e cinco dias, talvez trinta dias. E até hoje V. Exa. não deu a esta Casa a satisfação que esta Casa merece, que merece o povo de São Paulo, através da imprensa, que noticiou aquela primeira atitude e que não tem material para noticiar o apurado.

Então, Sr. Presidente, para conhecimento de V. Exa. e dos Srs. deputados, e com as minhas homenagens ao deputado Realindo Corrêa, que pertence a uma bancada de um partido que combate, faz parte do Governo, que não apóia e que combate (mas, graças a Deus, tenho o bom-senso de saber distinguir entre situação política e criação de bem, e coloco V. Exa. e todos os meus colegas, até prova em contrário, na classificação de homens de bem), vou ler um depoimento que foi taquigrafado. Está assinado pelo taquígrafo e, por sinal, há um detalhe da atitude altamente elogiável, de alta dignidade do taquígrafo. É o depoimento do Dr. Carvalho, que é o médico do Hospital Santa Clara. Se não me falha a memória é esse o nome motivo daquele debate. Então, nós vamos ver no depoimento do Dr. Carvalho ao deputado Sabiá, no dia 27 de abril de 1963, o seguinte:

(Lê) "O Sr. José Sabiá — Estive conversando com o Sr. naquele dia e agora gostaria que me dissesse o seguinte: quando o então deputado Geraldo Antônio Martins lhe propôs esse negócio?"

O Dr. Carvalho — S. Exa não me propôs negócio algum. Eu mesmo procurei o deputado, aqui na Assembléia, dizendo que necessitava de dinheiro para compra de material cirúrgico otológico muito caro, de procedência americana, e também precisava reformar o hospital.

O Sr. José Sabiá — Mas, quando, mais ou menos?

O Dr. Carvalho — Durante a gestão do deputado, aqui na Assembléia. Ele me disse que, quando saldasse seus compromissos políticos, eu seria atendido.

O Sr. José Sabiá — E quando ele decidiu dar a verba ao Sr.?

O Dr. Carvalho — Assim que pôde fazer e remanejamento de outra verba. Tirou de outra entidade e deu para a nossa.

O Sr. José Sabiá — O Sr. conhece a Sociedade Filantrópica Coração de Jesus?

O Dr. Carvalho — Apenas por referência. Sei que é dirigida por um grande cirurgião, o Dr. José Finochiaro, primeiro assistente de clínica cirúrgica da Faculdade de Medicina.

O Sr. José Sabiá — Mas, quando ele resolveu dar a verba à sua entidade, o Sr. estava com o Cel. Geraldo e com o Dr. Finochiaro?

O Dr. Carvalho — Sei que o deputado Geraldo Martins entendeu-se com o Dr. Finochiaro. Como não houvesse embarço, fez o transporte de verbas.

O Sr. José Sabiá — O Sr. chegou a conversar com o Dr. Finochiaro?

O Dr. Carvalho — Apenas assisti o pedido feito pelo deputado àquele médico. O Cel. Geraldo disse, mais ou menos: "O Carvalho é colega seu, tem um hospital em pleno funcionamento, mas precisa de verba para compra de material cirúrgico e futuros atendimentos..." Depois disso tudo ficou resolvido e houve o pedido de transposição de verba.

O Sr. José Sabiá — Mais ou menos quando?

O Dr. Carvalho — É difícil precisar datas, mas faz perto de sessenta dias.

O Sr. José Sabiá — Foi no mês de fevereiro?

O Dr. Carvalho — Há uns sessenta dias, mais ou menos.

O Sr. José Sabiá — E quanto ele disse que daria?

O Dr. Carvalho — Não se falou nisso. Ficou a critério do deputado.

O Sr. José Sabiá — E esse dinheiro seria para aparelhar a clínica, para comprar aparelhos — audímetros etc., — para mantê-la?

O Dr. Carvalho — Não só para isso, como também para assistência de pacientes. Deixei claro que só atenderia doentes depois de receber a verba, porque já trabalhei para outros deputados, que mandaram doentes, prometeram verbas e depois tive que debitar despesas em verbas de outros deputados.

O Sr. José Sabiá — Quais são esses deputados?

O Dr. Carvalho — Um deles — que está inclusive interessado em prestar esclarecimentos — é o atual Prefeito de São Caetano do Sul, Anacleto Campanella, ex-deputado, que ainda tem um saldo bem razoável, que chegou a ser debitado em outras verbas. Atendemos trezentas e trinta e três cirurgias, mais ou menos oitocentas consultas e perto de cinquenta e oito grandes cirurgias — casos operados em hospital anexo.

O Sr. José Sabiá — Qual a importância gasta na compra de material?

O Dr. Carvalho — Isso tudo está contabilizado. V. Exa. já verificou e até disse estar convencido da exatidão da contabilidade.

O Sr. José Sabiá — Quanto foi? Mais ou menos, por alto.

O Dr. Carvalho — Eu precisaria consultar nossos livros, ver notas fiscais, faturas etc.

O Sr. José Sabiá — O Sr. mostrou-me uma fatura de um milhão e oitocentos mil cruzeiros. De que é, mesmo?

O Dr. Carvalho — É referente à compra de um audímetro Beaton, em que consegui um abatimento de vinte por cento, por ter pago à vista. A entidade pagou no ato da compra.

O Sr. José Sabiá — Quais outros deputados destinaram verbas para a entidade?

O Dr. Carvalho — Está tudo lançado na conta-corrente. V. Exa. já verificou verba por verba.

O Sr. José Sabiá — Para este período de 1963, o Sr. recebeu de quem?

O Dr. Carvalho — Dos deputados cujos nomes estão nos nossos lançamentos, que V. Exa. já examinou. Vamos prestar contas de todas essas verbas ao Tribunal — de Contas, aqui está Tribunal, mas eu acrescento, pois deve ser Tribunal de Contas — "conforme manda a lei.

O Sr. José Sabiá — O ex-deputado Dante Perri prometeu-lhe quatro mil e quinhentos contos? Qual outro deputado prometeu cifra igual a essa?

O Dr. Carvalho — Nobre deputado, só consideramos recebida a verba, depois de paga. Antes disso, não passa de promessa, pois o deputado pode alterar a lei, remanejando verbas.

O Sr. José Sabiá — Quando foi autorizado o pagamento?

O Dr. Carvalho — Mas não houve autorização.

O Sr. José Sabiá — O Sr. está com aquela clínica há quanto tempo?

O Dr. Carvalho — Naquele local, desde fins de 1960. Antes, ela funcionava — desde 1957 — num hospital maior, que era um hospital geral, que prestava serviços à assistência, situado ao lado da clínica. Os casos de alta cirúrgica, internamentos prolongados, cirurgias abdominais, torácicas, são feitas mediante convênio com outras entidades, como permite o estatuto da assistência.

O Sr. José Sabiá — O Sr. é intermediário de deputados no convênio?

O Dr. Carvalho — Não. A entidade pode receber serviços, conforme a indicação do paciente.

O Sr. José Sabiá — Sua clínica tem Conselho Fiscal e Conselho Administrativo?

O Dr. Carvalho — Os livros de contabilidade da entidade são rubricados pelo Dr. Juiz de Direito da Comarca de São Caetano do Sul. Apresentamos balancetes anuais e somos regidos por estatutos.

O Sr. José Sabiá — O Sr. é diretor?

O Dr. Carvalho — Sim.

O Sr. José Sabiá — Na terça-feira, quando estive lá, o Sr. me disse que não tinha conhecimento com o Dr. José Finochiaro.

O Dr. Carvalho — Eu lhe disse que tinha sido apresentado a ele, e que se trata de homem de renome, que tinha sido assistente da Faculdade de Medicina.

O Sr. José Sabiá — Mas o Sr. não falou que o tinha conhecido.

O Dr. Carvalho — Se eu disse que tinha sido apresentado a ele, é porque cheguei a conhecê-lo.

O Sr. José Sabiá — Eu perguntei: o Sr. acompanhou o deputado Cel. Geraldo Antônio Martins, quando este visitou o hospital do Dr. Finochiaro?

O Dr. Carvalho — Sim.

O Sr. José Sabiá — O Sr. manteve entendimentos com o Dr. Finochiaro?

O Dr. Carvalho — Já expliquei a V. Exa. que o deputado Geraldo Martins pediu permissão ao Dr. Finochiaro para ceder parte da verba destinada à entidade dele àquele de que faço parte. Houve concordância do Dr. Finochiaro. Já que o deputado tinha dado a ele a verba, precisava pedir permissão e dizer porque ia remanejar parte dela.

O Sr. José Sabiá — E essa verba foi para aparelhar o seu hospital?

O Dr. Carvalho — Eim. E também porque o Dr. Finochiaro prefere passar o serviço de otorrinolaringologia à assistência social, por não poder atender doentes dessa especialidade.

O Sr. José Sabiá — E aquelas verbas destinadas pelos deputados Dante Perri, José Costa Israel Novais, Realindo Corrêa, Campanella, para que foram?

O Dr. Carvalho — O saldo contábil permanece sempre em depósito nos bancos, conforme já exibi a V. Exa.

O Sr. José Sabiá — O Sr. faz operações de otorrinolaringologia?

O Dr. Carvalho — Sim. E a parte mais otológica. Somos três médicos a atender o serviço.

O Sr. José Sabiá — Na assistência trabalha mais algum médico?

O Dr. Carvalho — Já respondi a V. Exa.: somos três médicos.

O Sr. José Sabiá — Segunda-feira de manhã, o Sr. poderia estar no consultório, para fazermos um levantamento da escrituração?

O Dr. Carvalho — O problema da vida de um médico é conhecido por V. Exa., como por todo mundo. É difícil para nós conciliar horários, assunir compromissos assim com grande antecedência. Além disso, já fiz a demonstração de tudo a V. Exa.

O Sr. José Sabiá — É que tenho necessidade de ir lá novamente, senão não concluirei o trabalho. Agora, tenho uma comissão, designada pelo Sr. Presidente. O problema é difícil.

O Dr. Carvalho — O Sr. quer ver novamente a contabilidade?

O Sr. José Sabiá — Quero ver as fichas.

O Dr. Carvalho — Mostrei a V. Exa. seis mil fichas. Infelizmente elas não podem sair de lá, a não ser com anuência do Conselho Regional de Medicina. Poderei apenas dar uma relação com o registro geral das mesmas, para fins de estatísticas.

O Sr. José Sabiá — O Sr. já recebeu verbas de outros deputados?

O Dr. Carvalho — Já lhe respondi essa pergunta. V. Exa. já examinou nossos lançamentos. Os livros continuam lá, à disposição de V. Exa.

O Sr. José Sabiá — Infelizmente, a Assembléia não autoriza a requisição de livros.

O Dr. Carvalho — Então V. Exa. poderá tornar a visitar a assistência social, com a devida autorização da Assembléia.

O Sr. José Sabiá — Quando poderemos nos encontrar?

O Dr. Carvalho — V. Exa. poderia estar lá na terça-feira, às 7 horas da manhã?

O Sr. José Sabiá — Não poderia ser à uma hora da tarde desse mesmo dia? De manhã estarei ocupado.

O Dr. Carvalho — Então, poderia ser num dos dias da próxima semana, sempre às 7 horas da manhã. No dia marcado suspenderei meus compromissos para atender à comissão da Assembléia.

O Sr. José Sabiá — O Sr. recebeu dinheiro do deputado José Costa. Foi para prestar assistência, serviços assistenciais? O Sr. presta serviços gratuitos ao povo, mesmo sem que o doente seja mandado por deputados.

O Dr. Carvalho — Geralmente, além dos deputados, também o Presidente da Câmara Municipal de São Caetano, vereadores — como o Sr. Jaime Reis — e o Prefeito mandam doentes, que atendemos sempre que podemos. As vezes, por indicação minha, atendemos doentes que ficam por conta de verba de outros deputados. Havendo acordo entre eles, um doente pode ser atendido na verba de outro. Disso tudo prestamos conta aos deputados, havendo solicitação. Gostaria que V. Exa. perguntasse também ao Senador Auro de Moura Andrade sobre doente que assistiu — um funcionário desta Casa — cujo tratamento ficou em mais de duzentos mil cruzeiros. Jamais enviamos conta ao Senador. Há outros casos de atendimento enviados por outros deputados. Pode V. Exa. perguntar à ex-deputada Tereza Delta.

O Sr. José Sabiá — A verba dos deputados é empregada toda na assistência social?

O Dr. Carvalho — Empregamos essas verbas no pagamento de consultas e honorários de médicos, pagamento de anestesistas, pagamento de enfermagem, bem como pagamento de outras despesas, como despesas de assistência feitas em outras entidades hospitalares. A verba, às vezes, é consumida também na compra de material, medicamentos etc.

O Sr. José Sabiá — Quantos funcionários o hospital tem?

O Dr. Carvalho — A entidade, segundo os estatutos, usa seus funcionários, atendentes e enfermeiros e parte de recursos de outros hospitais. Em casos de grande cirurgia, o doente é encaminhado aos hospitais que mantêm convênio com a entidade. E dos estatutos a redistribuição dos serviços. Se V. Exa. tiver doentes de cirurgia torácica, por exemplo, a entidade terá que encaminhá-lo a um hospital especializado nesta cirurgia, e pagará as despesas do paciente. Em medicina, chamamos a isto de triagem. A entidade pode fazer triagem que redunda em benefício do paciente.

O Sr. José Sabiá — O Sr. tem mais alguma coisa a declarar?

O Dr. Carvalho — Não. Quanto à clínica e nosso serviço, podemos mostrar a V. Exa. declarações do Prefeito, fazendo altos elogios. Aliás, V. Exa. também elogiou a organização da assistência, quando lá esteve.

O Sr. José Sabiá — Quanto a isso não se preocupe. Meu problema é exatamente com os deputados, para saber como eles estão aplicando o dinheiro da verba pessoal. Uma última pergunta: aquele prédio é próprio?

O Dr. Carvalho — Uma entidade que começa recebendo verbas de seiscentos mil cruzeiros nunca poderia pensar, ao menos, nem em dar o sinal para a compra de um imóvel como aquele!

O Sr. José Sabiá — O prédio foi reformado?

O Dr. Carvalho — Sim, totalmente reformado por nós, a fim de ser adaptado à especialidade que está exercendo.

O Sr. José Sabiá — Estou satisfeito. Muito obrigado.

Sr. Presidente, este é o depoimento que conheço. V. Exa. deve conhecer também este depoimento e outros, se houver outros. Eu não sei se há, mas V. Exa. deve, a meu ver, dar hoje a esta Casa, já que se discute e se vai votar uma redistribuição de verbas, V. Exa. deve aproveitar a oportunidade para dizer a esta Casa e a São Paulo aquilo que esta Casa e São Paulo têm o direito de saber, a que conclusão chegou aquela investigação, e o que se apurou, o que realmente existe de prática que possa justificar a estranheza de quem estranhou, ou se não há nenhum motivo para a estranheza de quem estranhou. Porque esta Casa, Sr. Presidente, não pode permanecer sob esta dúvida que paira aí fora, do que deputados, — deputado distribui mal ou nem distribui as suas verbas pessoais.

Este assunto de verba pessoal precisa ficar definitivamente esclarecido. V. Exa. sabe, porque era deputado a esta Casa, e muitos Srs. deputados sabem também o que houve da parte da fiscalização do imposto de renda em São Paulo com determinado deputado a esta Casa. Não sei se de má-fé ou não, aquela repartição computou a verba pessoal do deputado para efeito de pagamento de imposto de renda. Por que? Porque os maliciosos, os caluniadores, os canalhas têm usado e abusado, com leviandade, de acusações contra os Srs. deputados. E o mal neste País, Sr. Presidente, é que as coisas são jogadas e, depois tudo fica por isto mesmo. Isto precisa acabar. Esta Casa precisa dar o exemplo. V. Exa. é o Chefe deste Poder e precisa saber, realmente em profundidade, se deputado ou deputados procederam assim criminosamente, ou se deputado leviano, irresponsável, pretende deixar respingos de lama jogados na honra dos representantes do povo de São Paulo (Muito bem!) Nós precisamos chegar a uma conclusão. Há crime? Aqui constam vários nomes de deputados sob suspeita. E' o nobre deputado José Costa. E' o nobre deputado Realindo Corrêa e mais todos aqueles que eu enumerei aqui; uns que ainda são deputados e outros que deixaram de sê-lo. Mas, Sr. Presidente, porque deixaram de ser deputados podem ter a sua honra jogada na sarjeta da irresponsabilidade?... E esta Casa assiste a isto pacificamente, passivamente?... E tudo fica por isto mesmo?!

Não, Sr. Presidente! V. Exa. está no dever de nos dar uma satisfação. O prazo concedido está mais do que esgotado e nós precisamos saber. Eu não, eu não preciso, porque sei que os nobres deputados Realindo Corrêa e José Costa são homens de bem; sei que todos os Srs. deputados são homens de bem. Mas a prova em contrário eu quero conhecer. O que não é possível é ficarmos nesta situação de dúvida; e em dúvida fica também a opinião pública paulista. E os senhores, que são homens do Interior, onde o comentário é mais acirrado, onde todos se conhecem? Então, V. Exas. chegam lá no Interior e um galato qualquer — porque, como aqui, também lá existem galatos — um galato qualquer diz: "Mas, então, hein? A verba, esse negócio aí, não...". Os inimigos políticos locais e no Interior a paixão política é mais acirrada do que na Capital, vão usar isto na próxima campanha.

O Sr. Cardoso Alves — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) — V. Exa. há de se lembrar de que no dia 27 de abril, é o que se infere a menos das notas taquigráficas lidas por V. Exa., que foi atendendo a um apelo pessoal de um grupo de companheiros que os Srs. deputados que tencionavam aprovar uma retificação da Lei de Auxílios, constante da pauta de hoje, concederam adiamento da proposição, para dar oportunidade ao deputado Lurtz Sabiá de proceder às investigações a que S. Exa. se propunha. Neste instante, Sabiá de proceder às investigações a que S. Exa. se propunha. Neste instante, teada pelo nobre deputado Lurtz Sabiá, através de requerimento de nossa autoria, que obteve a aprovação unânime desta Casa. Deve-se lembrar V. Exa., o Sr. Presidente e os demais Srs. deputados de que, naquela oportunidade, também pelo nobre deputado Lurtz Sabiá foi dito que S. Exa., após proceder às verificações a que se dispunha, viria a esta tribuna a fim de dizer aos Srs. deputados o que havia encontrado; se procedem as culpas atribuídas aos Srs. deputa-